



Informe

UNAFISCO SINDICAL

Rio de Janeiro

Boletim nº 90

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2003.

Assembléia Nacional dos AFRF no Rio aprova Dia Nacional de Luta contra o PL-9 com paralisação de 24 horas

Decisão final depende do resultado das demais Delegacias Sindicais

Em Assembléia realizada ontem, dia 03 de abril, os Auditores-Fiscais aprovaram por unanimidade o indicativo da participação da categoria nas manifestações programadas para o dia 08 de abril convocadas pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais. O Dia Nacional de Luta contra o PL-9 terá protestos em Brasília — os AFRF que estiverem nas caravanas participarão também dos eventos — e no Rio de Janeiro haverá uma passeata, com concentração a partir das 16 horas na Candelária. A orientação da DS é para que os AFRF encontrem-se às 15:45h na escadaria do Ministério da Fazenda na Rua Debret para caminhar juntos até a

Candelária. O Unafisco/RJ levará uma faixa que identificará a adesão da categoria ao movimento.

A Assembléia também votou a favor de uma paralisação de 24 horas neste dia como forma de sinalizar ao governo federal o grau de rejeição da categoria ao projeto de Previdência Complementar que o governo pretende colocar em votação. A paralisação ainda precisa de confirmação do resultado em nível nacional.

O último indicativo aprovado na assembléia foi a utilização da parte do Fundo de Mobilização para custear a ida de dois representantes da DS para a Plenária de Novos, que será em Brasília no dia 10 de abril.

ASSEMBLÉIA NACIONAL NO RIO - MAPA DE VOTAÇÃO

Aeroporto Porto Nova Iguaçu Min. da Fazenda Volta Redonda

Aprovação do Dia Nacional de Luta

NENHUMA ABSTENÇÃO, 01 CONTRA

Paralisação neste dia

A FAVOR

10

12

09

14

13

TOTAL

58

CONTRA

10

01

00

21

01

33

ABSTENÇÕES

01

07

02

05

00

15

TOTAL

21

20

11

40

14

106

Fundo de mobilização para Plenária de Novos

NENHUM VOTO CONTRÁRIO, 02 ABSTENÇÕES

Passeata contra a Guerra - Hoje, dia 04 de abril, sexta-feira
Concentração na Candelária – 16 horas
Diga NÃO à invasão do Iraque

DS/RJ publica carta do Sindicato dos Fiscais de Rendas do Estado / SINFRERJ sobre o escândalo envolvendo fiscais

“Caro Colega,

Já é uma história bastante conhecida de quem acompanha os meios de comunicação o escândalo envolvendo ex-autoridades da Fazenda do estado do Rio de Janeiro. Muita gente vem acompanhando estarecida as revelações diárias sobre o provável desvio de recursos públicos para contas bancárias particulares em um banco suíço, supostamente praticado por um grupo de homens de confiança e antigos assessores do ex-governador Garotinho, o já famoso Rodrigo Silveirinha e alguns subordinados, que também eram detentores da confiança da governadora Rosinha Garotinho, tendo tido participação em sua campanha eleitoral ou nos trabalhos de formação de seu governo. É sabido também que, em decorrência desses fatos, a governadora tomou algumas medidas. No entanto, é importante que se façam alguns questionamentos, a fim de que não se perca a verdadeira profundidade do que está ocorrendo.

Primeiramente, é no mínimo estranho que esteja havendo um intenso bombardeio sobre a classe dos Fiscais de Rendas, em decorrência da suspeita sobre seus ex-chefes. A CPI instalada na Assembléia Legislativa parece ter como principal objetivo denegrir todo um segmento de servidores públicos já que, até o momento, nada apurou em relação aos ex-auxiliares de Garotinho, e limita-se a discursos espalhafatosos, genéricos e equivocados, em que demonstra limitadíssimo conhecimento sobre o funcionamento da administração tributária. Note-se que, tendo sido instalada por ordem da governadora, é comandada por deputados vinculados ao anterior e ao atual governo estadual, sendo que chega a ser estarecedor que a deputada encarregada da relatoria de sigilo telefônico, área de investigação em que se poderiam descobrir as relações dos implicados com pessoas poderosas, seja nada menos que a líder de Garotinho na legislatura passada. Enfim, o tom adotado pelos deputados, de julgamento preconcebido de todos e de cada um dos Fiscais de Rendas do estado, transparece uma manobra de quem está assustado e precisa que se desvie a atenção da sociedade, hoje muito mais atenta para prevaricações de autoridades.

Mas pior ainda do que denegrir a imagem de servidores é destruir uma instituição pública. Para encobrir as estreitas vinculações políticas com o grupo investigado, o governo adotou medidas que vão no sentido oposto do saneamento da Fazenda Pública. Entre elas, podemos citar o desmembramento da Secretaria de Estado de Fazenda em duas novas secretarias (haveria o que esconder na área do Tesouro?), e a alteração da Lei Complementar 69/90, que regulamenta a carreira de Fiscal de Rendas, para permitir a

entrada de ocupantes das carreiras jurídicas em cargos de comando operacionais (o que já se concretizou), entre outras. Essas iniciativas trazem em seu bojo, além de um inaceitável preconceito para com a classe de Fiscais de Rendas, a idéia ridícula da existência de categorias de cidadãos acima do bem e do mal e imunes a atos de corrupção. Com a intervenção na Receita, a credibilidade do fisco estadual no Rio de Janeiro atingiu o nível mais baixo em toda sua história, e mesmo assim, a campanha de desmoralização continua diariamente através da mídia. Essa situação gravíssima já se reflete no funcionamento da recém-criada Secretaria da Receita Estadual, que está semi-paralisada, e pode levar o Estado ao caos financeiro, caso a arrecadação venha a cair ou não consiga acompanhar o crescimento das despesas. Os chefes-interventores, que já foram empossados, têm demonstrado total desconhecimento e despreparo para gerenciar a fiscalização, além de terem sido desviados de áreas importantes da administração estadual, carentes de funcionários, como Ministério Público, a Procuradoria do Estado e a Defensoria Pública. E isso, no curso de uma crise político-financeira sem precedentes, em que o governo não paga diversas obrigações para com seus funcionários, e deixa falhas inaceitáveis no provimento dos serviços públicos.

O SINFRERJ, que se mantém em assembléia permanente, tem tomado todas as medidas judiciais e políticas cabíveis para reverter essa situação. Nossa principal arma nesse momento, contudo, tem sido a união da classe. Como forma de impedir que se perpetuem a incompetência e a desordem, foi aprovada em assembléia a entrega dos cargos comissionados e a sua não aceitação por parte dos Fiscais de Rendas, enquanto não se revogarem as medidas intervencionistas. Como a adesão foi maciça, e com medo de não conseguir preencher os cargos em comissão, que são de livre nomeação, mas também de livre aceitação, a administração impôs o encargo de responder temporariamente pelas inspetorias aos colegas fiscais.

Mas além da resistência aos desmandos, o SINFRERJ considera como tarefa de sua responsabilidade esclarecer à população aspectos que não têm sido revelados sobre este escândalo. O primeiro deles, que será mais facilmente compreendido por aqueles que trabalham na administração tributária, como os colegas auditores fiscais de todo o Brasil, diz respeito ao fato de que os implicados, na qualidade de detentores de cargos de chefia, não realizavam ações fiscais, estando até mesmo proibidos de atuar na fiscalização de tributos propriamente dita. O segundo é que a magnitude dos recursos possivelmente desviados deveria provocar suspeitas de realização de crimes de dirigentes,

que têm sob sua responsabilidade e influência valores muito mais elevados do que aqueles com que podem vir a lidar os agentes fiscais que trabalham na ponta da administração. Por estas razões, entendemos que é, no mínimo, uma visão parcial, considerar que está se tratando, simplesmente, de “mais um escândalo da fiscalização”.

Além disso, é também uma obrigação de nosso órgão de classe externar sua indignação com o desrespeito à instituição fazendária, que passou a ser objeto de aviltamento administrativo, promovido justamente por quem foi eleito para garantir o aprimoramento de todas as instituições, mas sobretudo daquelas que se dediquem à redução da injustiça social. Não teria bastado o provável uso da burocracia fazendária para benefícios pessoais de dirigentes públicos.

O SINFREERJ exige, agora e sempre, que sejam investigados todos os Fiscais de Rendas suspeitos de irregularidades. Uma postura diferente seria vergonhosa. Mas quer também que se combata o uso fisiológico da instituição fazendária, doa a quem doer. Assim, reclamamos uma apuração séria de todo esse escândalo, inclusive dos capítulos que têm sido apresentados como se já fossem remédios, mas que ainda se situam no espectro da ameaça ao bem público. A instalação de uma CPI na Câmara dos Deputados seria altamente recomendável, não apenas porque existe a

evidência de crimes federais, como também porque é preciso que se afaste o risco de que o governo do estado não possua a isenção necessária para investigar membros de seu próprio grupo político. Ademais, é possível que uma comissão de inquérito no âmbito nacional possa suscitar reflexões importantes sobre temas como, por exemplo, a necessidade da transparência da administração tributária, às vésperas de uma Reforma Tributária, e também sobre o problema do financiamento de campanhas eleitorais, o que deverá ser preocupação de uma Reforma Política séria.

Pelo exposto, exortamos os auditores tributários de todas as esferas de poder a refletirem sobre o que se passa no estado do Rio de Janeiro, lembrando que as modificações ocorridas em nossa Receita Estadual podem ser ensaio de outras que venham a atingir o fisco de outras esferas ou unidades da Federação.

Esse é, indubitavelmente, um momento de luta do fisco nacional pela conquista definitiva de prestígio e reconhecimento por parte de toda a sociedade brasileira.”

Rio de Janeiro, 24 de março de 2003

**A DIRETORIA DO SINDICATO DOS FISCAIS DE
RENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ATENÇÃO

Progressão funcional somente em abril, informa GRA

O GRA Notícias de 31 de março informou aos servidores com direito à progressão funcional com efeitos financeiros a partir de 2003 terão as mesmas incluídas somente no contra-cheque de abril.

O boletim informa que a Coordenação-Geral de Recursos Humanos (COGRH) não

obteve êxito nos inúmeros esforços junto ao Ministério do Planejamento (MPOG) para obter os ajustes necessários em tempo hábil. E explica que a COGRH está buscando junto à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG a implementação via sistema.

Assembléia do Unafisco Saúde

Dia 09 de abril - Auditório da DS/RJ - 14:30h

Rua Debret, 23 - 7º andar - Centro/RJ